

**RESÍDUO ZERO AMBIENTAL S.A.**

CNPJ/ME nº 10.280.768/0001-10 - NIRE 52.300.017.947

1/8

**Balancos patrimoniais - 31 de dezembro de 2022 e 2021** (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota	2022	2021	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2022	2021
	Explicativa				Explicativa		
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	10	330	147	Fornecedores	13	1.860	1.740
Contas a receber de clientes	11	3.263	4.283	Mútuos a pagar a partes relacionadas	15	3.594	2.566
Estoques		419	402	Empréstimos e financiamentos	14	4.179	7.332
Impostos a recuperar		81	64	Salários, benefícios e encargos sociais		472	381
Outras contas a receber		58	30	Impostos, taxas e contribuições		93	199
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>4.151</b>	<b>4.926</b>	Imposto de renda e contribuição social		121	3
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				Adiantamentos de clientes		-	33
Realizável a longo prazo:				<b>Total do passivo circulante</b>		<b>10.319</b>	<b>12.254</b>
Impostos a recuperar		8	-	<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Contas a receber de clientes	10	599	-	Fornecedores	13	68	-
Mútuos a receber de partes relacionadas		-	690	Mútuos a pagar a partes relacionadas	15	1.534	1
Outras contas a receber		-	100	Empréstimos e financiamentos	14	1.039	-
		<b>607</b>	<b>790</b>	Impostos, taxas e contribuições		85	84
Imobilizado	12	34.610	34.331	Provisões	16	933	776
Intangível		-	1	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>3.659</b>	<b>861</b>
		<b>34.610</b>	<b>34.332</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>35.217</b>	<b>35.122</b>	Capital social	17	15.503	14.934
				Reservas de lucros		(8.069)	(5.957)
				Reserva especial de ágio		17.956	17.956
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>25.390</b>	<b>26.933</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>39.368</b>	<b>40.048</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>39.368</b>	<b>40.048</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações dos resultados**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**  
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2022	2021
	Explicativa		
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>18</b>	<b>12.976</b>	<b>9.479</b>
Custo dos serviços prestados	19	(11.984)	(8.133)
Lucro bruto		992	1.346
<b>Receitas e despesas operacionais</b>			
Despesas comerciais	20	(373)	(341)
Despesas administrativas	21	(346)	(402)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	22	(519)	(85)
<b>Receitas e despesas operacionais líquidas</b>		<b>(1.238)</b>	<b>(828)</b>
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		(246)	518
<b>Receitas (despesas) financeiras</b>			
Receitas financeiras	23	82	38
Despesas financeiras	23	(1.948)	(2.059)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		(1.866)	(2.021)
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>(2.112)</b>	<b>(1.503)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(2.112)</b>	<b>(1.503)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações do valor adicionado**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**  
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022	2021
<b>1 - RECEITAS</b>	<b>14.323</b>	<b>10.579</b>
1.1 Vendas de mercadorias, produtos e serviços	14.614	10.783
1.2 Outras receitas	30	50
1.3 Provisão para crédito de liquidação duvidosa - reversão / (constituição) e baixa	(321)	(254)
<b>2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICMS e IPI)</b>	<b>(7.858)</b>	<b>(4.308)</b>
2.1 Custos das mercadorias e serviços vendidos	(2.981)	(1.744)
2.2 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(4.250)	(2.288)
2.3 Outros	(627)	(276)
<b>3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)</b>	<b>6.465</b>	<b>6.271</b>
<b>4 - DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO</b>	<b>(936)</b>	<b>(708)</b>
<b>5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)</b>	<b>5.529</b>	<b>5.563</b>
<b>6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>82</b>	<b>38</b>
6.1 Receitas financeiras	82	38
<b>7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)</b>	<b>5.611</b>	<b>5.601</b>
<b>8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>5.611</b>	<b>5.601</b>
8.1 Pessoal	2.429	2.244
8.1.1 Remuneração direta	1.863	1.779
8.1.2 Benefícios	453	364
8.1.3 FGTS	113	101
8.2 Impostos, taxas e contribuições	2.234	1.965
8.2.1 Federais	1.877	1.571
8.2.2 Estaduais	9	1
8.2.3 Municipais	348	393
8.3 Juros e aluguéis	3.060	2.895
8.3.1 Juros	1.864	2.014
8.3.2 Aluguéis	1.196	881
8.4 Remuneração de capitais próprios	(2.112)	(1.503)
8.4.1 Lucros retidos / prejuízo do exercício	(2.112)	(1.503)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações dos resultados abrangentes**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**  
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022	2021
Prejuízo do exercício	(2.112)	(1.503)
<b>Total do resultado abrangente</b>	<b>(2.112)</b>	<b>(1.503)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações do fluxo de caixa**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**  
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022	2021
<b>Das atividades operacionais</b>		
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(2.112)</b>	<b>(1.503)</b>
<b>Ajustes para reconciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:</b>		
Depreciações, amortizações e exaustões	936	710
Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos, empréstimos, debentures e arrendamento	1.259	1.344
Rendimentos financeiros inerentes a mútuos cedidos	(39)	3
Provisão para fechamento e pós fechamento de aterros	166	328
Reversão / (provisão) para transporte, tratamento e destinação de chorume	(15)	-
Provisão para crédito liquidação duvidosa	281	254
Provisão para contingências	39	14
Provisão de imposto de renda e contribuição social	118	-
Aumento / Redução nos ativos operacionais		
Contas a receber de clientes	107	(1.745)
Partes relacionadas	-	(28)
Impostos a recuperar	(25)	37
Estoques	(17)	(120)
Outras contas a receber	72	(24)
Depósitos judiciais	(13)	(7)
<b>Aumento / Redução nos passivos operacionais</b>		
Fornecedores	188	760
Partes relacionadas	-	66
Salários benefícios e encargos sociais	91	50
Impostos taxas e contribuições	(105)	8
Pagamento de contingências e indenizações	(20)	-
Adiantamento de clientes	-	(2)
Outras contas a pagar	(689)	-
<b>Caixa proveniente das operações</b>	<b>222</b>	<b>145</b>
Empréstimos e financiamentos - juros pagos	(1.248)	(1.235)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>(1.026)</b>	<b>(1.090)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Mútuos ativos - concedidos	729	-
Aquisição de ativo imobilizado	(1.214)	(797)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(485)</b>	<b>(797)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Mútuos passivos - captação	3.431	2.347
Mútuos passivos - pagamento de principal	(179)	(194)
Empréstimos e financiamentos - captação	153	-
Empréstimos e financiamentos - pagamento de principal	(1.711)	(1.839)
Aumento de capital	-	1.712
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento</b>	<b>1.694</b>	<b>2.026</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>183</b>	<b>139</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do exercício	147	8
No final do exercício	330	147
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>183</b>	<b>139</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**RESÍDUO ZERO AMBIENTAL S.A.**

CNPJ/ME nº 10.280.768/0001-10 - NIRE 52.300.017.947

2/8

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021** (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital subscrito	Capital a integralizar	Reserva de lucros		Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
			Reserva especial de ágio			
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020</b>	<b>9.802</b>	-	-	<b>17.956</b>	<b>(4.454)</b>	<b>23.304</b>
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(1.503)	(1.503)
Aumento de capital social	5.700	(568)	-	-	-	5.132
<b>SALDO EM 30 DE DEZEMBRO DE 2021</b>	<b>15.502</b>	<b>(568)</b>	-	<b>17.956</b>	<b>(5.957)</b>	<b>26.933</b>
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>	<b>15.502</b>	<b>(568)</b>	-	<b>17.956</b>	<b>(5.957)</b>	<b>26.933</b>
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(2.112)	(2.112)
Aumento do capital social – nota explicativa 17	1	568	-	-	-	568
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022</b>	<b>16.503</b>	-	-	<b>17.956</b>	<b>(8.069)</b>	<b>25.390</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)**

**1 Contexto operacional**

A Resíduo Zero Ltda. ("Companhia" ou "RZA") foi constituída em agosto de 2008 com sua sede social na Rodovia GO 219, S/N, KM 12, Fazenda Serinha, Zona Rural no Município de Guapó no Estado de Goiás, CEP 75.350-00, tendo como objeto social a gestão de resíduos, inclusive perigosos; estudos, projetos e prestação de serviços de gestão ambiental, saneamento e preservação; coleta; transporte rodoviário de resíduos industriais e urbanos; operações e construções de aterros sanitários e industriais; entre outros, com atuação limitada em determinados municípios do Estado de Goiás. Em 02/2015 a ViaSelo adquiriu o controle acionário da Companhia que passou a denominar-se Resíduo Zero Ambiental S.A tendo como objeto social (i) a coleta, o transporte e a mistura de resíduos passíveis de coprocessamento em forno industrial de produção de clínquer; (ii) o tratamento de resíduos orgânicos e inorgânicos; (iii) a incineração de resíduos industriais; (iv) o desenvolvimento e a execução de programas ambientais com vista ao atendimento de agências em estudos de impacto ambiental e/ou relatório de impacto ao meio-ambiente (EIA-RIMA); (v) a recuperação de áreas degradadas; (vi) as obras de urbanização e paisagismo; (vii) a limpeza, remoção e coleta de lixo; (viii) as operações e construções de aterros sanitários e industriais; (ix) o projeto, a execução e o monitoramento em área ambiental; (x) a reciclagem; (xi) a comercialização de resíduos industriais e biomassa; (xii) o plantio e o reflorestamento; (xiii) o tratamento e a disposição de lodo de Estação de Tratamento de Efluentes; (xiv) a elaboração de projetos e consultoria ambiental; (xv) o gerenciamento de resíduos industriais, e (xvi) o tratamento de resíduos de serviço de saúde, incluindo incineração, autoclavagem, entre outros. Em 03/02/2021 foi aprovado aumento do Capital Social da Companhia em R\$5.700 mediante a emissão de 586.880 (quinhentos e oitenta e seis mil e oitocentos e oitenta) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia ao preço de R\$9,71 cada ação. **Operação no Aterro de Guapó:** O Aterro de Guapó, teve início das suas operações em junho de 2018, com as receitas concentradas no Aterro Sanitário, adicionalmente foram implantados o Aterro Industrial para o recebimento de resíduos Classe I e em 2020 foi concluída a ETE - Estação de Tratamento e Efluente e a transferência da Unidade de Resíduos de Serviço de Saúde então em funcionamento na cidade de Aparecida de Goiânia para Guapó, culminando com a centralização de todas as tecnologias em um único site. Quanto à receita realizada pela Companhia, trata-se dos serviços de tratamento de resíduos e de serviços de saúde e destinação de resíduos sólidos urbanos classe II, e os respectivos custos referem-se aos gastos necessários para a execução dos serviços supracitados e aqueles existentes nas atividades operacionais do Aterro de Guapó, como condicionantes ambientais, portaria, custos para operação do Aterro Classe II, etc. **1.1 Efeitos do COVID-19:** Companhia atravessou os meses transcorridos desde o início da pandemia do Covid-19 sem alterações relevantes em suas receitas, resultados e geração de caixa o que decorre do caráter de essencialidade de suas atividades. Fato é que houve pequeno decréscimo do volume da atividade de destinação de resíduos industriais, devido à diminuição do nível de atividade produtiva de clientes de determinados ramos da indústria. Igualmente ocorreu com a coleta de resíduos comerciais, por sua vez, foi atingida pela redução de atividades do comércio e serviços.

**2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras**

**2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os Padrões Internacionais do Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), considerando os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela CVM e pelas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

**3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todos os valores estão apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**4 Uso de estimativas**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas afeitas à aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

**5 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

**6 Principais políticas contábeis**

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. Abaixo apresentamos um índice das principais políticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas páginas correspondentes. (a) Instrumentos financeiros; (b) Receita de contrato com cliente; (c) Receitas financeiras e despesas financeiras; (d) Imposto de renda e contribuição social; (e) Estoques; (f) Redução ao valor recuperável (impairment); (g) Ativo Imobilizado; (h) Benefícios a empregados; (i) Provisões. **a) Instrumentos financeiros:** i) **Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ii) **Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento

**RESÍDUO ZERO AMBIENTAL S.A.**

CNPJ/ME nº 10.280.768/0001-10 - NIRE 52.300.017.947

3/8

inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros a VRJ	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

iii) **Desreconhecimento:** **Ativos financeiros** - A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. iv) **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. v) **Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge:** A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos e, por consequência, não foi requerida a aplicar contabilidade de hedge nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 em suas demonstrações financeiras. vi) **Capital social: Ações ordinárias** - Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. b) **Receita de contrato com cliente:** A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. O momento da transferência dos riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de prestação de serviços. Abaixo são demonstradas as informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes e as

políticas de reconhecimento de receita relacionadas. i) **Receita de serviços prestados - Resíduos:** • Destinação final de resíduos - Aterro Sanitário, Aterro Industrial e Coleta, transporte, tratamento de resíduos de serviços de saúde. As receitas provenientes da prestação dos serviços de destinação final de resíduos são decorrentes de: tratamento do resíduos receptionado, classificação do resíduo e destinação final do resíduo em aterro. Tais serviços compõem um pacote único de itens não separáveis, ou seja, estes serviços não são prestados separadamente, e desta forma compõem uma única obrigação de desempenho "Destinação final de resíduos". Conforme os contratos de prestação dos serviços de destinação final, a obrigação de desempenho é cumprida e a referida receita é reconhecida de acordo com as pesagens das quantidades de resíduos depositados. c) **Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros recebidos e descontos obtidos. As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos, despesas bancárias, descontos concedidos e custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição. A receita de juros e a despesa de juros são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos. d) **Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. **Imposto corrente:** O imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se atendidos critérios previstos em lei. e) **Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo do estoque é avaliado pelo custo médio de aquisição, ajustados, quando necessário, por provisão para redução aos seus valores justos. O valor realizável líquido é o preço estimado da prestação de serviço no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas estimadas necessárias para efetuar a prestação de serviço. f) **Redução ao valor recuperável (Impairment):** i) **Ativos financeiros não-derivativos - Instrumentos financeiros e ativos contratuais:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: • Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; • Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e • Ativos de contrato. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e • Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking). A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: • É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou • O ativo financeiro estiver vencido há mais de 60 dias. As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro: **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 360 dias; • Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no**

**RESÍDUO ZERO AMBIENTAL S.A.**

CNPJ/ME nº 10.280.768/0001-10 - NIRE 52.300.017.947

4/8

**balanço patrimonial:** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. ii) **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. g) **Ativo imobilizado:** iii) **Reconhecimentos e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. iv) **Custos subsequentes:** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. v) **Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão definidas na nota explicativa nº 12. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. vi) **Benefícios a empregados:** i) **Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. ii) **Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **Provisão para fechamento e pós fechamento de ativo:** Representa o provisionamento dos custos de fechamento e pós-fechamento das áreas ocupadas com resíduos até as datas dos balanços, em conformidade o CPC 25. Os principais aspectos contábeis estão resumidos a seguir: • As estimativas dos custos são contabilizadas levando-se em conta o valor presente das obrigações, descontadas a uma taxa livre de risco de longo prazo de 9,54% (9,54% em 2020); e • As estimativas de custos são revisadas anualmente, com a consequente revisão do cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de passivos já contabilizados.

**7 Novas normas e interpretações ainda não adotadas**

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **IFRS 17 - Contratos de seguro:** Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituiu a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em

períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por (i) uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável), (ii) uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica à Companhia. **Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante:** Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem (i) o que significa um direito de postergar a liquidação, (ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório, (iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação, (iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. **Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. Atualmente, a Companhia está avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

**8 Instrumentos financeiros**

**Gerenciamento dos riscos financeiros:** Os principais riscos da administração são monitorados nas diversas instâncias da Governança da Companhia. A Companhia não utilizou instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. i) **Estrutura de gerenciamento de riscos:** A Diretoria da Companhia tem a responsabilidade para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os colaboradores tenham consciência de suas atribuições e obrigações. ii) **Risco de mercado:** A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

Exposição patrimonial	Exposição em R\$	Taxa de juros média Efetiva em 31/12/2022	Cenários				
			I - Provável	II - Possível 25%	III - Remoto 50%	IV - Possível (25%)	V - Remoto (50%)
Caixa e equivalentes de caixa	330	13,65%	330	11	23	(11)	(23)
Empréstimos, financiamentos	5.266	13,65%	5.218	178	356	(178)	(356)
			<b>5.548</b>	<b>189</b>	<b>379</b>	<b>(189)</b>	<b>(379)</b>

  

Exposição patrimonial	Exposição em R\$	Taxa de juros média Efetiva em 31/12/2021	Cenários				
			I - Provável	II - Possível 25%	III - Remoto 50%	IV - Possível (25%)	V - Remoto (50%)
Caixa e equivalentes de caixa	147	13,79%	147	5	10	(5)	(10)
Empréstimos, financiamentos	7.332	13,79%	7.332	253	506	(253)	(506)
			<b>7.479</b>	<b>258</b>	<b>516</b>	<b>(258)</b>	<b>(516)</b>

iii) **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro

**RESÍDUO ZERO AMBIENTAL S.A.**

CNPJ/ME nº 10.280.768/0001-10 - NIRE 52.300.017.947

5/8

falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

	Nota explicativa	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	10	330	147
Títulos e valores mobiliários		-	-
Contas a receber de clientes	11	3.862	4.283
Mútuos a receber partes relacionadas		-	690
Dividendos a receber		-	-
Ativo financeiro de concessão		-	-
Outras contas a receber		58	130
		<b>4.250</b>	<b>5.250</b>

Em 31 de dezembro de 2022	A vencer	Até 30 dias	Entre 31 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	Acima de 360 dias	PCLD	Valor contábil
Caixa e equivalentes de caixa	330	-	-	-	-	-	-	-	330
Contas a receber de clientes	2.261	558	333	246	193	157	904	(790)	3.862
Outras contas a receber	58	-	-	-	-	-	-	-	58
	<b>2.649</b>	<b>558</b>	<b>333</b>	<b>246</b>	<b>193</b>	<b>157</b>	<b>904</b>	<b>(790)</b>	<b>4.250</b>

Em 31 de dezembro de 2021	A vencer	Até 30 dias	Entre 31 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	Acima de 360 dias	PCLD	Valor contábil
Caixa e equivalentes de caixa	147	-	-	-	-	-	-	-	147
Contas a receber de clientes	1.346	577	717	276	627	395	854	(509)	4.283
Mútuos a receber partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	690	-	690
Outras contas a receber	30	-	-	-	-	-	100	-	130
	<b>1.523</b>	<b>577</b>	<b>717</b>	<b>276</b>	<b>627</b>	<b>395</b>	<b>1.644</b>	<b>(509)</b>	<b>5.250</b>

Para mitigar o risco de possibilidade da Companhia ter perdas decorrentes de inadimplência de suas instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Companhia adota como prática somente realizar operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating. iv) *Risco de liquidez*: A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras brasileiras e financiamento doméstico. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia dispunha de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais. A tabela a seguir analisa as obrigações da Companhia, por faixas de vencimento, que compreende ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores apresentados não contemplam taxa de descontos contratuais.

Em 31 de dezembro de 2022	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Valor projetado	Valor contábil
Empréstimos e financiamentos (a)	4.525	1.109	-	5.634	5.218
Fornecedores e outras contas a pagar	1.860	68	-	1.928	1.928
Mútuos a pagar a partes relacionadas	3.594	1.534	-	5.128	5.128
	<b>9.979</b>	<b>2.711</b>	<b>-</b>	<b>12.690</b>	<b>12.274</b>

  

Em 31 de dezembro de 2021	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Valor projetado	Valor contábil
Empréstimos e financiamentos (a)	8.432	-	-	8.432	7.332
Fornecedores e outras contas a pagar	1.740	-	-	1.740	1.740
Mútuos a pagar a partes relacionadas	2.566	1	-	2.567	2.564
	<b>12.738</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>12.739</b>	<b>11.636</b>

(a) Diferença do valor contábil, pois refere-se ao valor estimado de desembolso. b) *Estimativa de valor justo*: Conforme o CPC 40 (R1), "Instrumentos Financeiros: Evidenciação", o valor justo é definido como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou pago por transferir um passivo (preço de transferência) no principal ou o mais vantajoso mercado para o ativo ou passivo numa transação normal entre participantes independentes do mercado na data de mensuração. A Administração entende que os valores justos são, substancialmente, similares aos valores contábeis registrados. c) *Gerenciamento de capital*: Os objetivos da Companhia durante o processo de administração do seu capital são garantir a capacidade de continuidade das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal para diminuir os custos. Para manter boas práticas na gestão da estrutura de capital, a Companhia, quando aprovado pelos quotistas controladores, pode rever sua política de distribuição de dividendos, emitir novas quotas ou reduzir capital. A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. A Companhia adota o índice de alavancagem financeira para monitorar e analisar a performance do seu capital. Esse índice é obtido mediante a divisão da dívida líquida pelo patrimônio líquido. Considera-se como dívida líquida, para fins desta análise, o saldo total de passivos circulante e não circulante, subtraído do montante de caixa e equivalente de caixa. O índice de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2022 e 2021 pode ser apresentado conforme demonstrado abaixo:

	2022	2021
Empréstimos e financiamentos, debêntures e notas promissórias - Circulante	4.179	7.332
Empréstimos e financiamentos, debêntures e notas promissórias - Não circulante	1.039	-
<b>Total Endividamento bancário</b>	<b>5.218</b>	<b>7.332</b>
(-) Caixa e caixa equivalente	(330)	(147)
<b>(=) Endividamento líquido</b>	<b>4.888</b>	<b>7.185</b>
Patrimônio líquido	25.390	26.933
<b>Quociente de alavancagem</b>	<b>519%</b>	<b>375%</b>

i) *Valor justo dos instrumentos financeiros*: Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão demonstrados a seguir:

Ativos financeiros:	Hierarquia do valor justo	Categoria	Valor Contábil		Valor Contábil	
			Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	Custo amortizado	330	330	147	147
Contas a receber	Nível 2	Custo amortizado	3.862	3.862	4.283	4.283
Outras contas a receber	Nível 2	Custo amortizado	58	58	130	130
Mútuos a receber de partes relacionadas	Nível 2	Custo amortizado	-	-	690	690
<b>Total</b>			<b>4.250</b>	<b>4.250</b>	<b>5.250</b>	<b>5.250</b>
Passivos financeiros:						
Fornecedores e outras contas a pagar	Nível 2	Custo amortizado	1.928	1.928	1.740	1.740
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Nível 2	Custo amortizado	5.128	5.128	2.567	2.567
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	Custo amortizado	5.218	5.218	7.332	7.332
<b>Total</b>			<b>12.274</b>	<b>12.274</b>	<b>11.639</b>	<b>11.639</b>

O valor justo dos instrumentos financeiros foi determinado conforme descrito a seguir: *Mensuração do valor justo*: Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos, que inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • **Nível 2** - inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • **Nível 3** - inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). • A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorrerem as mudanças, se aplicável. • A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a Companhia analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC / IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. • Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo. • O valor justo dos instrumentos financeiros foi determinado conforme descrito a seguir: • Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis; • As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da quota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo; e • As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na

**RESÍDUO ZERO AMBIENTAL S.A.**

CNPJ/ME nº 10.280.768/0001-10 - NIRE 52.300.017.947

6/8

"curva do papel" e, portanto, a Companhia entende que seus valores justos correspondem aos valores contábeis. • Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores a valor contábil, menos a provisão para perdas de clientes e ajuste a valor presente, estejam próximos de seus valores justos. • O saldo mantido com partes relacionadas, tanto ativo quanto passivo, são apurados de acordo com condições negociadas entre as partes. • Os financiamentos estruturados contratados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") possuem características próprias e não há no mercado oferta de crédito às entidades em geral que se equiparem às condições definidas nos referidos. • A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. ii) *Hierarquia de valor justo*: O método de avaliação adotado pela Companhia na mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros foi o nível 2, exceto o caixa.

**9 Aspectos ambientais**

As operações da Companhia estão sujeitas a riscos ambientais, os quais são amenizados por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamentos e sistemas de controle de poluição. As despesas com questões ambientais contínuas são reconhecidas ao resultado quando incorridas e os investimentos em novos equipamentos e sistemas são capitalizados. A Companhia não mantém nenhuma provisão contingencial para perdas relacionadas a questões ambientais, com base na legislação ambiental em vigor no Brasil.

**10 Caixa e equivalentes de caixa**

São compostas como segue:

	2022	2021
Caixa e bancos	194	147
Certificado de depósito bancário (CDB)	136	-
<b>Total</b>	<b>330</b>	<b>147</b>

**11 Contas a receber de clientes**

São compostas como segue:

	Nota explicativa	2022	2021
<b>Clientes públicos:</b>			
Valores faturados		864	319
Medições a faturar		742	107
<b>Total</b>		<b>1.606</b>	<b>426</b>

**Clientes privados:**

Valores faturados	2.400	2.661
Medições a faturar	646	1.705
Crédito de carbono	-	-
<b>Total</b>	<b>3.046</b>	<b>4.366</b>
Perdas de crédito esperada	(790)	(509)
<b>Total</b>	<b>3.862</b>	<b>4.283</b>
Circulante	3.263	4.283
Não circulante	599	-

(a) Os valores de serviços a faturar são basicamente com a Prefeitura de Alfenas. A exposição ao risco de crédito da Empresa está limitada ao valor das contas a receber de clientes mencionadas acima. O aging list das contas a receber de clientes é composto como segue:

	2022	2021
Valores a vencer	2.261	1.346
Vencidos:		
Até 30 dias	558	577
Entre 31 e 60 dias	333	717
Entre 61 e 90 dias	246	276
Entre 91 e 180 dias	193	627
Entre 181 e 360 dias	157	395
Acima de 360 dias	904	854
PECLD	(790)	(509)
<b>Total</b>	<b>3.862</b>	<b>4.283</b>

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é apresentada com segue:

<b>Saldo em 01 de janeiro de 2021</b>	(255)
Provisão do exercício	(254)
Reversão do exercício	-
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2022</b>	<b>(509)</b>
Provisão do exercício	(829)
Reversão do exercício	548
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>(790)</b>

**12 Imobilizado**

O saldo é composto como segue:

	Taxa média anual - %	Custo	Depreciação	2022 Líquido	2021 Líquido
Centrais de tratamento de resíduos - aterros (*)					
Aterro e infra em aterros	(*)	33.405	(1.699)	31.706	32.324
Terrenos, edificações e construção civil (**)	5%	37	-	37	37
Beneficiárias em bens de terceiros	10%	278	(19)	259	-
Máquinas e equipamentos	10%	2.596	(1.093)	1.503	1.522
Móveis e utensílios	10%	115	(44)	71	75
Equipamentos de informática	20%	92	(58)	34	41
Veículos e equipamentos	20%	219	(64)	155	54
Imobilizado em andamento	-	845	-	845	278
<b>Total</b>		<b>37.587</b>	<b>(2.977)</b>	<b>34.610</b>	<b>34.331</b>

(\*) O aterro e suas respectivas benfeitorias são amortizadas de acordo com a quantidade de resíduos efetivamente depositados, com relação à capacidade total estimada. As mutações do imobilizado de 2022 e 2021 estão demonstradas conforme a seguir:

Custo	Saldo em 31/12/2021	Adição	(-) Transfe- rência	Saldo em 31/12/2022
Centrais de tratamento de resíduos - aterros				
Aterro e infra em aterros:	33.405	-	-	33.405
Terrenos, edificações e construção civil	37	-	-	37
Beneficiárias em bens de terceiros	-	-	-	278
Máquinas e equipamentos	2.372	224	-	2.596
Móveis e utensílios	108	7	-	115
Equipamentos de informática	84	8	-	92
Veículos e equipamentos	89	130	-	219
Imobilizado em andamento	278	845	(278)	845
<b>Total</b>	<b>36.373</b>	<b>1.214</b>	<b>-</b>	<b>37.587</b>

**Depreciação**

Custo	Saldo em 31/12/2021	Depre- ciação	(-) Transfe- rência	Saldo em 31/12/2022
Centrais de tratamento de resíduos - aterros				
Aterro e infra em aterros:	(1.081)	(618)	-	(1.699)
Beneficiárias em bens de terceiros	-	(19)	-	(19)
Máquinas e equipamentos	(850)	(243)	-	(1.093)
Móveis e utensílios	(33)	(11)	-	(44)
Equipamentos de informática	(43)	(15)	-	(58)
Veículos e equipamentos	(35)	(29)	-	(64)
<b>Total</b>	<b>(2.042)</b>	<b>(935)</b>	<b>-</b>	<b>(2.977)</b>

**Total**

**34.331**

Custo	Saldo em 31/12/2020	Adição	(-) Transfe- rência	Saldo em 30/12/2021
Centrais de tratamento de resíduos - aterros				
Aterro e infra em aterros:	32.099	718	-	588
Terrenos, edificações e construção civil	-	-	-	37
Máquinas e equipamentos	2.325	47	-	2.372
Móveis e utensílios	99	9	-	108
Equipamentos de informática	61	23	-	84
Veículos e equipamentos	89	-	-	89
Imobilizado em andamento	903	-	(625)	278
<b>Total</b>	<b>35.576</b>	<b>797</b>	<b>-</b>	<b>36.373</b>

**Depreciação**

Custo	Saldo em 31/12/2020	Depre- ciação	(-) Transfe- rência	Saldo em 30/12/2021
Centrais de tratamento de resíduos - aterros				
Aterro e infra em aterros:	(649)	(432)	-	(1.081)
Máquinas e equipamentos	(616)	(234)	-	(850)
Móveis e utensílios	(22)	(11)	-	(33)
Equipamentos de informática	(29)	(14)	-	(43)
Veículos e equipamentos	(17)	(18)	-	(35)
<b>Total</b>	<b>(1.333)</b>	<b>(709)</b>	<b>-</b>	<b>(2.042)</b>

**Total**

**34.243**

*Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa (Teste de Impairment):* Em 2022 e 2021, a administração avaliou com base em fontes de informações externas e internas e não identificou qualquer indicação de que seus ativos estariam registrados por valor superior ao seu valor recuperável.

**13 Fornecedores**

O saldo é composto como segue:

	2022	2021
Fornecedores	1.784	1.650
Partes relacionadas - nota 15	144	90
<b>Total</b>	<b>1.928</b>	<b>1.740</b>
Circulante	1.860	1.740
Não circulante	68	-

**14 Empréstimos e financiamentos**

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e liquidez, observar nota explicativa nº8. As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como seguem:

Modalidade	Encargos financeiros - %	Vencimento	2022	2021
BRDE, BNDES, CEF e BNB	Pré-fixado de 3,92% a.a.	mar/24	5.218	7.332
<b>Total</b>			<b>5.218</b>	<b>7.332</b>
Circulante			4.179	7.332
Não circulante			1.039	-

**RESÍDUO ZERO AMBIENTAL S.A.**

CNPJ/ME nº 10.280.768/0001-10 - NIRE 52.300.017.947

7/8

A movimentação de empréstimos e financiamentos está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo em 31/12/2021	Captção	Juros	Juros	Pagto Principal	Pagamento	Saldo em 31/12/2022
BRDE, BN-DES, CEF e BNB	7.332	153	692	(1.248)	(1.711)		5.218
	<b>7.332</b>	<b>153</b>	<b>692</b>	<b>(1.248)</b>	<b>(1.711)</b>		<b>5.218</b>

	Saldo em 31/12/2020	Captção	Juros	Juros	Pagto Principal	Pagamento	Saldo em 31/12/2021
BNDS	9.223	-	1.183	(1.235)	(1.839)		7.332
	<b>9.223</b>	<b>-</b>	<b>1.183</b>	<b>(1.235)</b>	<b>(1.839)</b>		<b>7.332</b>

Os montantes da parcela não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento.

Vencimento	2022	2021
mar/24	1.039	-
	<b>1.039</b>	<b>-</b>

O contrato firmado com a BNDES não possui obrigações relacionadas a cumprimento de índices financeiros.

**15 Partes relacionadas**

Os saldos a receber e a pagar e as transações com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 são demonstrados a seguir:

	2022	2021	2022	2021	2022	2021
<b>Partes relacionadas (circulante):</b>						
Solvi Participações S.A.	-	-	-	90	-	(299)
Solvi Essencis Soluções S.A.	-	-	81	-	-	-
GRI Koleta - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.	-	-	1	-	-	-
Revita Engenharia S.A.	-	-	62	-	-	-
	-	-	<b>144</b>	<b>90</b>	-	<b>(299)</b>
<b>Mútuos (não circulante):</b>						
Viasolo Engenharia Ambiental S. A.	-	-	3.594	2.566	-	-
Barbosa e Mello	-	690	-	-	-	21
Outros	-	-	1.534	-	-	-
<b>Subtotal</b>	-	<b>690</b>	<b>5.128</b>	<b>2.566</b>	-	<b>21</b>
<b>Total</b>	-	<b>690</b>	<b>5.272</b>	<b>2.656</b>	-	<b>(278)</b>
<b>Circulante</b>	-	-	3.738	2.655		
<b>Não circulante</b>	-	690	1.534	1		
<b>Total</b>	-	<b>690</b>	<b>5.272</b>	<b>2.656</b>		

Os saldos a pagar e a receber entre partes relacionadas não possuem garantias. As transações de partes relacionadas com a Solvi Participações são relativas a prestação de serviço de gestão técnica e consultoria. As transações entre partes relacionadas incluem prestação de serviços pertinentes à atividade operacional das Empresas, cujos preços e condições comerciais são estabelecidos entre as partes.

**Movimentação de mútuos no ativo:**

Saldo em 01 de janeiro de 2021	<b>662</b>
Juros	20
Encargos	8
Saldo em 01 de janeiro de 2022	<b>690</b>
Juros	37
Encargos	2
Movimentos relacionados a capital	(729)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-

**Movimentação de mútuos no passivo:**

Saldo em 01 de janeiro de 2021	<b>3.671</b>
Captação	2.347
Juros	144
Pagamento do principal	(194)
Encargos	18
Movimentos relacionados a capital (a)	(3.420)
Saldo em 01 de janeiro de 2022	<b>2.566</b>
Captação	3.431
Juros	591
Pagamento do principal	(179)
Encargos	(24)
Movimentos relacionados a capital	(1.257)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<b>5.128</b>

(a) Deliberação sobre o aumento de capital social da Companhia, conforme proposta da diretoria, integralizado através de mútuos conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 03 de fevereiro de 2021. Os contratos de mútuos a receber estão atrelados a uma taxa de juros de 70% do CDI ACT 360 com vencimento final em Dezembro/2021. O prazo de recebimento dos mútuos está em tramite de negociação e ainda não há data para a previsão de recebimento dos valores em aberto. Os contratos de mútuos existentes com a acionista Viasolo serão extintos e substituídos por contrato único entre a RZA e suas acionistas, Viasolo e EcoPar, com valores proporcionais às participações na Companhia atrelados a uma taxa de juros de 100% do CDI + 2% a.a.

**16 Provisões**

O saldo é composto como segue:

	2022	2021
Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (a)	13	7
Provisão para fechamento e pós fechamento de aterro (b)	581	415
Provisões de recuperação operacional do sistema de aterro (c)	339	354
	<b>933</b>	<b>776</b>

a) **Provisão para riscos cíveis, trabalhista e fiscal:** A Empresa é parte em processos judiciais em andamento, decorrentes do curso normal de seus negócios, para os quais foram constituídas provisões considerando os prognósticos feitos por seus assessores legais com probabilidade de perda provável. Os saldos finais e as respectivas movimentações estão demonstrados a seguir:

	Trabalhista
Saldo em 31/12/2020	<b>14</b>
Total sem compensação judicial	<b>14</b>
Depósitos judiciais	(7)
Saldo em 01/01/2022	<b>7</b>
Compensação de depósitos judiciais - 2021	7
Adições	48
Reversões	(9)
Pagamentos	(20)
Total sem compensação judicial	<b>33</b>
Depósitos judiciais	(20)
Saldo em 31/12/2022	<b>13</b>

Em 31 de dezembro de 2022, não foram identificadas materialidades de processos registrados cujas chances de perda são classificadas como possível (R\$1.014 em 2021). b) **Provisão para fechamento e pós fechamento de aterros:** **Fechamento e pós fechamento de aterro sanitário:** A NBR 13896/1997 introduziu uma série de obrigações relativas ao fechamento e as atividades a serem realizadas após o fechamento dos aterros. Nesse documento são estabelecidas diretrizes que precisam ser seguidas pelo proprietário do aterro, visando a minimização dos impactos do aterro após o seu fechamento, bem como as atividades que devem ser executadas, ao longo de um período de 20 anos após o seu fechamento. Estas obrigações dão origem a dois tipos de provisões (fechamento e pós-fechamento), calculadas especificamente para cada aterro, levando em conta as peculiaridades locais. De acordo com o regime de competência, as provisões são registradas durante o período que o site está em funcionamento, proporcionalmente ao esgotamento da capacidade do aterro. Custos a serem incorridos até a data de fechamento de um site ou durante o período de acompanhamento a longo prazo (20 anos) são descontados a valor presente. O cálculo da provisão de fechamento depende do custo de execução da cobertura final do aterro, definida no licenciamento ambiental realizado. Os valores apresentados nas demonstrações financeiras visam cobrir os custos de execução das áreas de cobertura final ainda não executadas. Essa provisão é revista todo ano baseada na área de cobertura já devidamente instalada e a área que ainda precisa ser coberta. Os cálculos da provisão de pós-fechamento são compostos por vários gastos futuros, podendo-se destacar: • O tipo de cobertura final que será instalada (permeável, semipermeável ou impermeável) uma vez que o tipo de cobertura tem influência decisiva na geração de percolato do aterro e, portanto, sobre os custos futuros para o tratamento de tais efluentes; • Manutenção da infra-estrutura existente (estradas, cercas, prédios, cobertura vegetal, sistemas de drenagem superficial de biogás e de percolato, sistemas de tratamento de percolato, etc.); • Demolição de instalações utilizadas enquanto o site estava em operação e que não são mais necessárias; • Monitoramento ambiental da qualidade das águas subterrâneas e superficiais, dos gases emitidos e do percolato gerado; • Monitoramento da estabilidade geotécnica do aterro; • Manutenção e substituição de poços de monitoramento e instrumentação geotécnica instalada (piezômetros, marcos de recalque etc.); • Custos de tratamento de percolato; e • Custos de manutenção do sistema de coleta e tratamento do biogás gerado. A provisão de pós-fechamento do aterro que deve ser registrada nas demonstrações financeiras, ao final de cada ano e depende da velocidade de preenchimento do aterro, dos custos estimados agregados por ano e por site (com base no padrão ou custos específicos), da data de fechamento estimado do site e da taxa de desconto aplicada a cada sítio (dependendo de sua vida residual). A Companhia reconheceu provisões para cobrir os prováveis gastos de fechamento e pós-fechamento dos aterros sanitários conforme demonstrado abaixo. O montante reconhecido representa a melhor estimativa das despesas necessárias para liquidar a obrigação mensurada a valor presente na data atual. Essas estimativas a valor presente são descontadas utilizando uma taxa de juros de 8,95% ao ano (9,54% ao ano 2020). A taxa de juros de desconto inclui as melhores estimativas da Administração para a taxa de juros de longo prazo no Brasil. Abaixo demonstramos a movimentação da provisão no ano de 2022 e 2021:

	2022	2021
Saldo inicial	<b>415</b>	-
Constituição de provisão	166	415
Saldo final	<b>581</b>	<b>415</b>

c) **Provisão de recuperação operacional do sistema aterro:** A provisão constituída tem como base o tratamento de chorume armazenado no aterro em 31 de dezembro de 2021. A provisão é revertida de acordo com sua realização e desembolso de caixa. Abaixo demonstramos a movimentação da provisão no ano de 2022 e 2021:

	2022	2021
Saldo inicial	<b>354</b>	<b>211</b>
Constituição de provisão	217	354
Reversão da provisão	(232)	(211)
Reorganização societária	-	-
Saldo final	<b>339</b>	<b>354</b>

**17 Patrimônio líquido**

a) **Capital social:** O capital social da Companhia em 2021 estava totalmente subscrito e parcialmente integralizado em moeda corrente nacional e bens no valor de R\$14.934, dividido de 2.651.539 (dois milhões, seiscentas e cinquenta e uma mil, quinhentas e trinta e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com preço médio unitário de R\$3,70 por ação. Em 03/02/2021 foi aprovado aumento do Capital Social da Companhia em R\$5.700 mediante a

**RESÍDUO ZERO AMBIENTAL S.A.**

CNPJ/ME nº 10.280.768/0001-10 - NIRE 52.300.017.947

8/8

emissão de 586.880 (quinhentos e oitenta e seis mil e oitocentos e oitenta) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia ao preço de R\$9,71 cada ação. Aumento foi integralizado com moeda corrente nacional e por meio da capitalização de mútuos realizados pelos acionistas em R\$ 5.132 o saldo de R\$568 será integralizado. b) *Reserva especial de água*: Conforme AGE em 25 de novembro de 2015, a controladora Viasolo incorporou ao patrimônio da Companhia o montante de R\$18.000, sendo R\$44 integralizado ao capital social mediante emissão de 1.050.000 novas ações ordinárias, e o restante no montante de R\$17.956 destinado à constituição de conta de reserva de água, na forma do artigo 182 §1º, da lei nº 6.404/76.

**18 Receita Operacional Líquida**

São compostas como seguem:

	2022	2021
Cientes públicos	7.956	5.626
Cientes privados	6.658	5.157
<b>Total receita bruta (a)</b>	<b>14.614</b>	<b>10.783</b>
Deduções sobre as vendas:		
ISS	(287)	(307)
PIS	(246)	(178)
COFINS	(1.105)	(819)
<b>Total de deduções sobre vendas</b>	<b>(1.638)</b>	<b>(1.304)</b>
<b>Receita líquida</b>	<b>12.976</b>	<b>9.479</b>

a) As receitas de prestação de serviços são provenientes basicamente de uma obrigação de desempenho, conforme descrito na nota explicativa nº 6.b.

**Participação em Participação em**

	2022	2022	2021	2021
Destinação de resíduo	100%	12.976	100%	9.479
Saldo final	100%	12.976	100%	9.479

**19 Custo dos serviços prestados**

São compostas como seguem:

	2022	2021
Salários e encargos	(2.867)	(2.650)
Aluguel	(1.196)	(881)
Depreciações	(936)	(710)
Materiais aplicados nos serviços	(2.900)	(1.466)
Serviços de terceiros (a)	(3.819)	(1.680)
Créditos fiscais	697	353
Energia elétrica	(132)	(60)
Fechamento de aterro	(166)	(186)
Outros custos de produção	(665)	(853)
<b>Total</b>	<b>(11.984)</b>	<b>(8.133)</b>

a) Refere-se substancialmente a custos com transportes de resíduos, análises e assessoria com testes técnicos.

**20 Despesas comerciais**

São compostas como seguem:

	2022	2021
Provisão/(reversão) para perda esperada de créditos de liquidação duvidosa	(281)	(254)
Baixa efetiva de títulos inadimplentes	(39)	-
Patrocínios, brindes e doações	(33)	(44)
Propaganda e publicidade	(20)	(41)
Outros	-	(2)
<b>Total</b>	<b>(373)</b>	<b>(341)</b>

**21 Despesas administrativas**

São compostas como seguem:

	2022	2021
Serviços de Terceiros	(48)	(102)
Tributos, Seguros e Contribuições	-	(1)
Reembolso de despesas serv. Compartilhados (a)	(298)	(299)
<b>Total</b>	<b>(346)</b>	<b>(402)</b>

(a) Refere-se substancialmente a prestação de serviços administrativos entre partes relacionadas.

**22 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas**

São compostas como seguem:

	2022	2021
Outras receitas (despesas) eventuais	(479)	(72)
Despesas e provisões contingenciais	(38)	(8)
Pis e Cofins sobre outras receitas	(2)	(5)
<b>Total</b>	<b>(519)</b>	<b>(85)</b>

**23 Receitas (despesas) financeiras, líquidas**

São compostas como seguem:

	2022	2021
Receitas juros sobre contratos	37	21
Rendimentos sobre aplicações financeiras	12	3
Juros recebidos e descontos obtidos	26	14
Outras receitas financeiras	7	-
<b>Total receitas financeiras</b>	<b>82</b>	<b>38</b>

Varição cambial	(687)	-
Despesas bancárias	(343)	(409)
Despesas com juros e descontos concedidos	(251)	(249)
Despesas com juros sobre contratos de mútuos	(591)	(144)
Despesas com multas e moras financeiras	(16)	(45)
Tributos sobre movimentações financeiras	(84)	(30)
Juros sobre empréstimos e debêntures	43	(1.182)
Outros	(19)	-
Total despesas financeiras	(1.996)	(2.059)
<b>Total</b>	<b>(1.920)</b>	<b>(2.021)</b>

**24 Cobertura de seguros**

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Nos contratos sob período de concessão, compete à concessionária manter as seguintes coberturas de seguros, conforme prazos previstos: seguro de danos materiais para danos relativos à propriedade, que cobre todos os bens que integram a concessão e seguro de responsabilidade civil, cobrindo a concessionária e o Poder Concedente pelos montantes que possam ser responsabilizados a título de danos, indenizações, custas processuais e outros resultantes do desenvolvimento das atividades pertinentes à concessão. As apólices contratadas pela Companhia oferecem as coberturas de riscos patrimoniais e de responsabilidade civil. A cobertura de seguro da Companhia é composta por:

	2022	2021
Seguro patrimonial (a)	52.838	5.424
Responsabilidade civil geral (b)	10.000	10.000
Responsabilidade civil ambiental	30.000	30.000
<b>Total</b>	<b>92.838</b>	<b>45.424</b>

a) Em 31 de dezembro de 2022, o valor em risco total por danos materiais foi de R\$543.105 e o valor para lucros cessantes R\$70.194, totalizando R\$613.299. (Em 31 de dezembro de 2021, o valor em risco total por danos materiais foi de R\$463.052 e o valor para Lucros cessantes R\$72.902, totalizando R\$535.954); b) O "Grupo Solvi Essencis" contratou a cobertura de seguro de responsabilidade civil, no valor de R\$10.000 por reclamação, podendo chegar a R\$20.000 na somatória de todas as reclamações do ano.

**DIRETOR PRESIDENTE**

Wânia Pinheiro Magalhães  
CPF 026.407.286-36

**CONTADOR**

Carlos Alberto Vieira  
CRC 1SP206556/O-0-S-GO

Protocolo 382333

O MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS DE MONTES BELOS, Goiás, através de sua PREFEITURA MUNICIPAL, SECRETARIAS E FUNDOS, com sede na Rua Rio da Prata nº 662, Centro, nesta cidade, por intermédio da Comissão Permanente de Licitações, do seu pregoeiro e equipe de apoio designados por Decreto, torna público para conhecimento dos interessados, que estão disponíveis os editais descritos abaixo, conforme condições e especificações dos Editais, regidos pela Lei Federal nº 8666/1993 e alterações posteriores e na Lei Federal nº 10.520/2002. **Pregão Eletrônico nº 011/2023**, objeto: contratação de empresa especializada em prestação de serviços de segurança e vigilância desarmada e brigadistas (bombeiro civil), para atender os eventos promovidos pelas secretarias, fundos e fundações do município de São Luís de Montes Belos/GO. **Abertura: 01/06/2023, às 08h30min.** Os editais poderão ser obtidos no endereço acima citado, onde serão realizadas a sessões de recebimento e abertura dos envelopes, ou através do site [www.saoluisdemontesbelos.go.gov.br](http://www.saoluisdemontesbelos.go.gov.br). Maiores informações poderão ser obtidas na sede da Prefeitura Municipal no endereço acima mencionado, em horário de expediente ou pelo telefone (64) 3671-7025. Prefeitura Municipal de São Luís de Montes Belos - Go, aos 19 de maio de 2023. Albertino de Paula Júnior - Pregoeiro Oficial.

Protocolo 382338